

GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto.

Coordenadores: Heitor Frúgoli Jr. (USP)
Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes (UFF)

Título:

Vítimas, Bandidos ou Cidadãos? Interpretando a Relação entre Jovens e Violência
Urbana a partir de um Estudo de Caso e da Escola de Chicago

Autora:

Letícia Helena Medeiros Veloso
Professora Adjunta
Departamento de Sociologia
Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

Este artigo opera em dois níveis: por um lado, oferece uma descrição etnográfica de um grupo particularmente relevante para os estudos urbanos – jovens marginalizados do Rio de Janeiro, ora envolvidos em atos de delinquência, ora vítimas de violência – enquanto, por outro, propõe a discussão dos dados apresentados através de uma releitura da chamada “Escola de Chicago”. O primeiro nível da discussão se baseia em cerca de cinco anos de pesquisas etnográficas sobre jovens, violência e cidadania no Rio de Janeiro. Como em outros contextos pós-coloniais da América Latina e África, os habitantes do Rio no início do novo século vêm vivenciando uma contradição perturbadora: a criminalidade, a violência urbana e a exclusão social aumentaram drasticamente ao longo das últimas duas décadas, precisamente ao mesmo tempo em que a democracia e a cultura dos direitos e da cidadania se consolidavam. Este trabalho analisa a inserção de jovens marginalizados cariocas neste impasse, considerando que eles são por ele afetados de uma forma particularmente extrema. Deste ponto de vista, o artigo analisa as maneiras contraditórias pelas quais esses jovens articulam e negociam crime, violência, cidadania e direitos, buscando iluminar alguns dos principais dilemas inerentes à relação entre democracia e violência em nossa sociedade.

Desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, crianças e jovens brasileiros dispõem de um instrumento especial de proteção legal que inclui, por exemplo, o direito à “prioridade absoluta” na formulação de políticas públicas, ou mesmo o que alguns consideram “privilégios” no caso de delinquência. Por outro lado, jovens têm sido parte integrante do próprio problema da violência urbana, e os crimes cometidos por alguns jovens – tais como tráfico e assalto à mão armada – têm mostrado três tendências preocupantes: o número de jovens envolvidos em crimes continua alto, jovens cada vez mais jovens vêm se envolvendo em tais crimes, e os crimes em geral, incluindo-se aqueles cometidos por jovens, parecem estar de tornando cada vez mais violentos.¹² No

¹ Aqui é importante salientar que é difícil separar as percepções dos habitantes sobre o que são realmente os dados concretos, lembrando-se também que, com relação à criminalidade, tais dados são particularmente difíceis de serem apurados. No entanto, no verdadeiro espírito da “Escola de Chicago” na qual este artigo se inspira, lembremos que o fato de algum fato social não ser “real” não quer dizer que não tenha consequências reais.

² Por uma questão metodológica, utilizaremos aqui os termos “criminalidade” e “delinquência” alternadamente, mesmo sabendo-se que não se referem estritamente aos mesmos fenômenos. No entanto, o argumento aqui proposto não se direciona a desvendar os processos pelos quais os jovens se envolvem no crime propriamente dito, mas sim as formas múltiplas pelas quais se constituem, discursiva, prática e

entanto, sabemos ainda muito pouco sobre por que isto está acontecendo, sobre como tais jovens percebem sua participação em tais crimes, ou ainda, sobre por que alguns jovens se envolvem em crimes, e como e por que recorrem a formas tão extremas de violência. Também sabemos pouco sobre os significados atribuídos pelos jovens – sejam eles vítimas de violência, delinquentes, ou ambos – aos “direitos” e à “cidadania” que a lei lhes atribui, ou sobre o quanto desses conceitos foi incorporado de alguma forma a seus cotidianos na cidade.

Para compor etnograficamente este panorama da relação entre juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro, o trabalho descreve e analisa algumas situações etnográficas que presenciei ao longo desses anos de pesquisa. Todos os exemplos tratam de jovens marginalizados cariocas, mas suas experiências diferenciam-se dependendo da situação em que se encontram (e, por vezes, dependendo até de sua idade). Assim, uns exemplos tratam de “crianças de rua” ou outros jovens navegando as ruas da cidade, outros falam de jovens que confessam terem cometido atos de “delinquência”, enquanto outros ainda se referem a jovens moradores de comunidades cariocas, que não são nem uma nem outra coisa, mas cujas vidas também estão marcadas pela contradição entre mais crime e mais cidadania.³ Mais especificamente, descrevemos os modos como tais jovens interagem com aqueles atores urbanos que ora os atacam de formas violentas, ora tentam “protegê-los” da violência, ora acusam-nos de violência.

No segundo momento, o trabalho busca interpretar os dados apresentados à luz de um corpo teórico e metodológico específico, refletindo sobre a interação entre método e teoria no trabalho sociológico. Tomando como ponto de partida a pesquisa apresentada, esta reflexão se dá ao longo de dois eixos principais. Em primeiro lugar, utilizaremos os “insights” produzidos há tempos (e recentemente recuperados, no Brasil) pela chamada “Escola de Chicago” para compreender a complexa relação entre jovens, marginalidade urbana e cidadania no atual momento histórico.

Apesar de inaugurada juntamente com o primeiro Departamento de Sociologia dos Estados Unidos, nos idos de 1892, e estabelecida já nas primeiras décadas do século XX como uma das principais escolas sociológicas (e, com certeza, como o principal

simbolicamente como ora “cidadãos”, ora “vítimas”, ora “marginais”. Neste contexto, o uso do termo “delinquência” para se referir a tais atos referentes ao universo jovem pareceu o mais adequado. Além disso, torna a comparação com os aportes da Escola de Chicago mais viável.

³ Há controvérsias quanto ao uso do termo “delinquência” na sociologia, mas pelo mesmo motivo que na nota anterior, dado que o parâmetro de comparação aqui são os estudos da Escola de Chicago, pareceu-me adequando utilizar a mesma terminologia preferida por aqueles pesquisadores.

departamento nos Estados Unidos), os trabalhos, aportes teóricos e métodos pioneiros desta Escola continuam sendo apropriados por diferentes tradições acadêmicas, constituindo um instrumental empírico-teórico único dentro da Sociologia Urbana. Além disso, alguns dos principais temas de estudo dos pesquisadores na chamada “Primeira Escola de Chicago”, como discutiremos abaixo, guardavam forte semelhança com os temas aqui tratados: organização e desorganização social, processos de rápida mudança nas cidades, e o papel dos jovens neste turbilhão. Neste sentido, formam um ponto de partida intrigante para analisar o tema aqui colocado. Afinal, desde 1910 a “Escola de Chicago” produzia etnografias inovadoras e interpretações teóricas substantivas sobre fenômenos que se mostram cada vez mais relevantes no mundo contemporâneo, como a sociabilidade urbana, a criminalidade, a integração e desintegração sociocultural e racial, o gueto e a segregação. Estes temas, pelo viés dessa Escola, tornam-se o ponto focal a partir do qual se pode atribuir sentido às vidas dos jovens aqui estudados. Guardadas, é claro, as devidas proporções, visto que tanto os fenômenos urbanos e juvenis quanto os aportes teóricos da Sociologia sofreram reformulações profundas nestes cem anos que separam um e outro momento. Além disso, essa segunda parte do artigo procura refletir sobre as lições da Escola de Chicago para a pesquisa sociológica, tanto em termos de metodologia quanto em relação aos aportes teóricos para se estudar, por um lado, o “urbanismo como modo de vida” (Wirth, 1988) e, por outro, a condição juvenil urbana, principalmente no que diz respeito a jovens marginalizados.

VÍTIMAS, BANDIDOS OU CIDADÃOS? EXEMPLOS ETNOGRÁFICOS

A pesquisa propriamente dita que deu origem a este artigo, e a meu livro, “Victims, Outlaws, Citizens: Children, Rights, and Violence in Rio de Janeiro” (Velo, s.d.), durou cerca de cinco anos, como dito acima. No entanto, pelo fato de morar na mesma cidade que serve de lócus para tal pesquisa, há muito tempo as situações de pesquisa propriamente dita vêm se misturando à vida cotidiana da pesquisadora, complexificando a própria ideia de “trabalho de campo”, como será discutido abaixo. De fato, tendo iniciado tal pesquisa durante o Doutorado, ainda hoje coleto dados, muitas vezes sem perceber que o estou fazendo – e, às vezes, os “dados” mais relevantes surgem

exatamente de situações cotidianas aleatórias e inesperadas, como se verá a seguir. O presente artigo trata apenas de uma pequena parcela desta pesquisa mais ampla, cujos resultados venho publicando em outras instâncias, ao mesmo tempo em que os ajustes finais para a publicação do livro são feitos.

Em linhas gerais, a pesquisa visava discutir as práticas e subjetividades que vêm se constituindo por jovens, e a partir deles, através de um profundo entrelaçamento do discurso da cidadania, da violência rotinizada, e do crime em suas vidas cotidianas. Através dessa discussão, pretende-se oferecer uma contribuição ao estudo da violência e criminalidade infanto-juvenis do ponto de vista dos próprios jovens, ou seja, a partir das percepções e reinterpretações produzidas pelos jovens – todos marginalizados e todos vivendo no espaço do Rio de Janeiro – sobre a violência que sofrem e/ou que chegam a cometer, e os modos como tal violência se relaciona com o contexto mais amplo de marginalidade, cidadania e direitos no qual estão inseridos.

Para tentar compreender as dinâmicas que dão sentido à relação entre jovens, direitos e delinquência no Rio de Janeiro, a pesquisa se voltou para compreender as interações entre jovens em situação de rua ou de risco social (moradores de comunidades carentes, alguns “meninos de rua”, e alunos de escolas públicas ou cursos profissionalizantes, e outros participantes de projetos sociais), por um lado, e aqueles com quem interagem – moradores de diferentes bairros cariocas, professores, conselheiros, assistentes sociais, membros de organizações não-governamentais, e até policiais. Em termos de método, tratou-se de uma pesquisa marcadamente etnográfica, caracterizada por observação participante de longo prazo, combinada com entrevistas em profundidade, numa variedade de cenários: dois bairros de classe média, duas comunidades, duas escolas e diferentes projetos sociais. Em especial, servi-me daquela prática famosamente introduzida por Foote Whyte ao estudar sua “sociedade de esquina”: o hábito de “passar tempo” nas esquinas e praças; em suma, no espaço urbano, conversando com as pessoas, mas também observando e anotando quaisquer situações que venham a parecer dignas de nota. Muitas vezes, era dessas observações e contatos “aleatórios” que vinham os achados mais significativos, como no seguinte exemplo:

Volta para casa, num ônibus cheio em Copacabana. Parados num sinal, vemos passar um grupo de cerca de dez “meninos de rua”, gritando, ofendendo os passantes e exigindo-lhes dinheiro, enquanto

os passageiros do ônibus observam. De repente, dois deles começam a conversar em voz alta:

A.: E aí, o que você tem feito?

B.: Cara, foi muito engraçado. Semana passada, eu e uns amigos saímos pra pegar aqueles pivetinhos ali de trás. Sabe aqueles que quebram os vidros dos carros e fazem a limpa? Sempre cheios de cola, tudo doidão?

A.: (*Já rindo.*) Sei! O que vocês fizeram?

B.: Cara, foi demais (*rindo também*). A gente bateu muito! Peguei a cabeça de um deles e estourei na porta do carro. Depois, uma vassoura. O animal começou a berrar: “Pára! Me prende! Me prende! Pelo amor de Deus, me prende!” Aí eu falei: “Eu não posso te prender, seu animal! Você é menor. Por isso eu tô batendo. Prá tu ficar esperto. A gente não pode prender, né, não pode fazer nada. (...) Não foi flagrante. Só isso que dá prá fazer: bater, mas bater muito.”⁴

É bem sabido, nos grandes centros urbanos brasileiros, que a simpatia popular quanto às “crianças de rua” tem sido mínima – em geral, a população reage a elas ou através da total indiferença, ou por meio de demandas para retirá-las do espaço público (Rizzini, 1995). É sabido também que tais episódios de violência por parte da polícia ou de agentes de segurança privada não são incomuns, vide o infame “Massacre da Candelária” em 1993 (Veloso, 1997). No entanto, só muito raramente se encontra tamanho grafismo na descrição do ato violento demonstrado nessa fala. Além disso, o que chama atenção aqui é precisamente o entrelaçamento entre tal violência, a naturalização desta como algo “necessário” (substituindo a prisão que, na opinião desse homem, seria a melhor alternativa), e o uso dos direitos dos jovens como justificativa para a violência, pois não se tratando de flagrante o garoto não poderia ser preso e não se poderia aplicar as “medidas sócio-educativas” preconizadas pelo Estatuto (Brasil, 1990).

⁴ Observação anotada no caderno de campo, agosto de 2006. Embora não estivessem uniformizados, tratava-se obviamente de policiais fora do horário de trabalho. Por opção, decidi “limpar” um pouco as falas dos entrevistados em prol de alguma correção gramatical. Embora concorde que nem sempre tal prática é desejável, já que se busca exatamente desvendar as falas dos informantes, no caso em questão me pareceu a escolha mais acertada, dado que muitas vezes as falas vinham repletas de baixo calão e descrições de episódios de violência extremamente gráficos que não são o objeto do presente artigo.

Por outro lado, do ponto de vista dos jovens com quem trabalhei, em praticamente todas as conversas que tive com muitos deles em diferentes contextos o tema da violência que permeava seus cotidianos sempre acabava prevalecendo: “meninos (e meninas) de rua” contavam-me histórias sobre os atos inenarráveis de violência que eles ou amigos tinham sofrido, muitas vezes exatamente pela mão de policiais ou seguranças privados, enquanto que participantes de projetos sociais ou alunos de cursos de profissionalização (ou escolas) tinham histórias igualmente impressionantes sobre tal violência rotinizada. Fosse na rua, em batidas policiais ou espaços públicos em geral, fosse em casa (sendo vitimizados por pais, mães ou outros parentes), não só a violência mas sua naturalização faziam parte da vida, literalmente: “fazer o que, né? Estou acostumada: apanho desde pequena. Primeiro minha mãe, que usava a vassoura. Depois um padrasto, depois outro. Acho que acostumei. Não é bom, mas é a vida”.⁵ Nessa fala, ela foi complementada por um colega, que disse: “pelo menos tu não apanha da polícia. Eu, eu já perdi a conta das vezes que apanhei. Olham a gente e saem batendo. Aqui dentro [no projeto social do qual os dois participam] a gente aprende que tem direito, que é cidadão. Pra que, eu pergunto? Não protege a gente do pior, protege? Serve pra que? Cidadania pra que?”⁶

De um lado, portanto, um policial fora do horário de trabalho pratica violência contra “meninos de rua” sob a justificativa de que tal é o último recurso de que dispõe para lidar com o problema da delinquência juvenil, já que os “direitos” supostamente protegem (indevidamente, segundo ele) os menores de idade. De outro, jovens que, expostos ao discurso da cidadania por sua inserção no projeto social, questionam a utilidade de tal conceito dado que seu cotidiano continua definido pela violência. Em ambos os casos, percebe-se um entrelaçamento entre violência, direitos e cidadania.

Às vezes, porém, tal entrelaçamento se torna ainda mais complexo, principalmente em casos onde não se trata somente de vitimização apenas. Em outro momento, por exemplo, um dos jovens com quem trabalhei travava uma discussão acalorada com uma assistente social que tentava dissuadi-lo do “hábito” (palavras dela) de assaltar pessoas nas ruas. Enquanto ela, assistente, lhe descrevia em detalhes a diferença entre não se ter o “direito” de se apropriar dos pertences de outra pessoa, mas de se ter o “direito” a uma vida melhor fora das ruas, onde ele não precisaria roubar

⁵ Entrevista, participante de projeto social, 21 anos, aluna de curso de dança.

⁶ Entrevista, participante do mesmo projeto social, 19 anos, aluno de música.

porque estaria protegido por uma instituição (um abrigo para menores), “Antônio” perdeu a paciência e interrompeu-a com o seguinte discurso:

É claro que eu vou roubar. Roubo sempre que precisar. Roubo mesmo. Eu roubo gente quando eu preciso. Ou quando eu quero. Às vezes tô com fome. Os rico não querem me dar nada, né? Às vezes eu fico é muito revoltado. O pessoal tem essas coisa bonita, bacana. Tênis Nike, tudo. Eu penso: eu devia ter também. Aí que eu roubo. Esse que é o meu direito! (...) Depende. O pessoal às vezes me dá comida. Comida é mais fácil. Isso eu não preciso roubar. Mas ninguém me dá as coisas bacanas, dá? Então eu roubo. É isso. Depende. Depende.⁷

Aqui, o entrelaçamento adquire um grau ainda maior de complexidade, pois agrega outra situação social: um jovem que assalta pessoas porque considera que é seu “direito” ter as mesmas coisas que tais pessoas, mas que, numa demonstração de reconhecimento profundo da ambivalência de sua situação, “escolhe” roubar ou pedir dependendo do contexto.

Vejamos este outro exemplo, onde tal ambivalência e dependência do contexto vivido aparecem de maneira ainda mais complexa. Mesmo quem nunca teve nenhum contato direto com “meninos de rua” talvez já tenha se dado conta de que, muitas vezes, tais jovens parecem dispostos a se divertir à custa dos passantes, assustando-os mesmo que a intenção explícita não seja roubar. Como no primeiro exemplo aqui colocado, é comum que grupos desses jovens em diferentes bairros do Rio (mas provavelmente com maior frequência nos bairros de classe média) de repente comecem a agir como se orquestrados, gritando improperios e simulando ataques aos passantes, com palavrões e caretas. Um dos grupos que pesquisei tinha especial gosto por essa prática, principalmente quando se encontravam em praças ou outros locais de aglomeração. Invariavelmente, o espaço ao redor tendia a se esvaziar em questão de poucos minutos, supostamente porque nenhum passante, ao ver o grupo, estaria disposto a arriscar ser assaltado. Curiosa com tais “micro-táticas cotidianas” (De Certeau, 2000), um dia lhes perguntei por que faziam isso. A resposta de um deles veio rápida e provocou gostosas

⁷ Todos os nomes citados são pseudônimos.

gargalhadas nos demais: “A gente só faz isso porque gosta de ver os ricos fugindo da gente. Ninguém aqui rouba nada. Eu mesmo, eu tenho pai e mãe. Não preciso roubar. Mas que é gozado, é. Muito gozado.”⁸ Intrigada, perguntei se não tinham receio de serem confundidos com ladrões mesmo, e de que alguém chamasse a polícia, o que provocou risadas ainda mais fortes: “claro que não! A gente é de menor! Não sabia não? Ninguém prende a gente. Se chega um guarda, ele não vai fazer nada. A gente provoca ele, dizendo que é de menor! Vai fazer o quê?” Quando todos pararam de rir, porém, revelaram-se absolutamente conscientes da ambivalência embutida em tais “brincadeiras”, e também da falta de perspectivas inerente à sua condição. Assim, outro rapaz, quando perguntado sobre por que se engajava neste tipo de “brincadeira”, se colocou da seguinte forma:

O que você quer que eu faça? Sou pobre, preto e feio. E sempre vou ser assim. Eu vejo esses outros garotos desfilando na minha cara o tempo todo, com aquelas coisas bacanas todas. E as madames naqueles carrões. Ninguém nem olha pra minha cara. Meus irmãos são assim também. E todos os meus amigos. Alguns vão roubar. Eu, pelo menos, roubar eu não roubo não. Mas eu gosto de assustar o pessoal, brincando desse jeito. E daí?⁹

Outro exemplo, porém, mostra que nem sempre tal “brincadeira” se atém ao âmbito do lúdico, podendo resvalar – de modo planejado ou não – para atos que podem ser classificados como delinquência:

Parada certo dia numa esquina, deparo-me com a seguinte cena: um grupo de uns sete, oito jovens vem andando da praia em direção ao morro, rindo e aparentemente se divertindo. Falam alto, gesticulam, empurram-se uns aos outros. Um deles carrega uma bola, e todos estão vestindo camisas de futebol; alguns calçando chuteiras. Resolvo acompanhá-los de perto, pelo outro lado da rua. Aos poucos, percebo que as brincadeiras entre eles vão se tornando mais físicas, mais violentas. Empurram-se com mais força, começam a

⁸ Entrevista, jovem de 15 anos, morador de um morro na Zona Sul, setembro de 2006.

⁹ Entrevista, jovem de 14 anos, morador do mesmo morro, setembro de 2006.

gritar. Começam a imitar movimentos de ataque aos passantes. De repente, um deles apanha um galho caído de árvore. Outro segue o exemplo. Começam a cochichar entre si. Saem correndo noutra direção e os perco de vista. No outro dia, passando pelo mesmo lugar, entrando numa loja, descubro os funcionários narrando o “ataque” da tarde anterior: dizem eles que, na ocasião, um grupo de garotos “armados” com galhos “invadiu” a rua aterrorizando a todos e “roubando todo mundo”. “E nem parecia bandido,” diz um dos funcionários, “tudo arrumadinho, de camisa de time e chuteira. Parecia garoto do bem, vindo do jogo”. Quanto pergunto o que aconteceu depois, ele sorri e diz: “Nada, claro. Tudo menor. Chamamos a polícia, mas disseram que não adianta ir atrás porque é tudo menor. Só essa raça tem direito, pra gente não sobre nada.”

Cabe lembrar que a percepção de que os direitos da infância e adolescência impedem qualquer punição é um engano bastante comum entre a população, pois na verdade o Estatuto lida, sim, com a questão da delinquência e criminalidade juvenil e propõe uma série de medidas (Brasil, 1990). Porém, o mais interessante aqui não é que tais pessoas reproduzem o senso comum segundo o qual o Estatuto “protege” jovens “marginais” – o mais interessante é o uso do discurso dos direitos dos jovens como impedimento à realização dos próprios direitos da população “de bem”.

Ainda um último exemplo merece ser narrado aqui, também retirado das inúmeras situações cotidianas inesperadas que acabavam se transformando em situações de pesquisa por conta de sua riqueza etnográfica. Nesse caso, tratava-se de um encontro corriqueiro também no transporte público, como no exemplo que abriu este artigo. Aguardando o metrô numa estação lotada certo início de noite, fui surpreendida por um jovem que vendia pequenos animais de pano. Ao invés de me oferecer sua mercadoria, o jovem jogou um brinquedo em minha direção e ameaçou um empurrão, soltando um som estranho e um tanto assustador. Cerca de meia hora depois, já saindo do vagão, encontrei-o novamente na subida das escadas abarrotadas. Desta vez, sua atitude era muito diferente. Gentilmente, apontou para a mochila que eu carregava às costas e disse: “cuidado com a bolsa. É melhor usar na frente do corpo. Tem que se cuidar, tá cheio de marginal aqui. Ninguém aguenta mais, né? Dá até medo de sair na rua. Não se tem direito

nem de andar em paz. Olha só eu: vendendo minhas tralhas e tendo que me cuidar o tempo todo, senão me roubam. Se cuida também, moça. Só bandido tem direito. Pro povo, é só sofrimento. Muito sofrimento. Às vezes a gente até tem vontade de chorar.” Infelizmente, antes que eu pudesse responder, ou ao menos me solidarizar com sua fala, o jovem – que parecia realmente ter os olhos marejados e aparentava extremo cansaço – virou-se de costas e desapareceu em meio à multidão, e foi só então que reparei que ele usava uma camisa com o nome de um projeto social sediado num morro carioca. Ou seja, embora o uso do discurso dos direitos pudesse parecer deslocado aqui, o fato de estar vestindo tal camisa sugere que, provavelmente, essa pessoa frequenta ou já frequentou aquele ambiente, o qual se apresenta exatamente como um projeto de “promoção de cidadania”.¹⁰

UMA PRIMEIRA ANÁLISE: DIREITOS, CIDADANIA E DELINQUÊNCIA

Há uma série de fronteiras sendo ultrapassadas nestes exemplos: entre violência e direitos, entre direitos e delinquência, e entre vitimização e delinquência – e, em última análise, até entre etnografia e vida cotidiana, pois devido à própria natureza dos temas abordados, em muitos casos meus melhores “dados etnográficos” surgiam de encontros cotidianos como este último. Na discussão abaixo, sobre a Escola de Chicago, o tema da fronteira entre pesquisa propriamente dita e encontro ocasional será discutido em maior detalhe, pois é exatamente um dos legados dessa Escola que gostaria de discutir. Por ora, trataremos apenas do que os dados nos dizem sobre o entrelaçamento que é o foco deste artigo.

Em geral, os temas da criminalidade e “delinquência” juvenis têm sido discutidos de maneira quase que unilateral: jovens envolvidos em criminalidade, embora tratados como vítimas também da pobreza, marginalidade e violência, costumam aparecer na literatura principalmente a partir de sua situação de “bandidos” ou “marginais”,

¹⁰ Optei, ao longo de todo o texto, por não identificar os projetos sociais aos quais me refiro. Em geral, entende-se por “projeto social”, no contexto urbano carioca, aqueles programas conduzidos seja por ONGs, seja por outros grupos, que se colocam como “alternativas” às populações carentes e marginalizadas oferecendo, por exemplo, espaços de convivência, cursos diversos, possibilidades de profissionalização etc. No caso de projetos voltados para crianças e jovens, no mais das vezes tais projetos voltam-se, em geral, para atividades educativas e disseminação de um discurso da cidadania e dos direitos.

buscando-se então as causas para tal situação. Ora as explicações costumam focar a questão da família desestruturada, ora a “revolta” sentida pelos jovens após uma vida de sofrimento e violência (Zaluar, 1985).

No entanto, uma primeira análise sobre os exemplos acima sugere uma visão bastante mais nuanceada da “delinquência juvenil”, e de suas relações com os direitos e a cidadania. A proposta aqui, portanto, é ir além das visões polarizadas que aparecem na literatura, onde os jovens são retratados ou como vítimas de uma sociedade injusta ou de uma violência exacerbada, ou como seres envolvidos em atos de delinquência e criminalidade, ou como cidadãos detentores de direitos. Os casos etnográficos aqui descritos apontam para uma concepção desses jovens que supere tais dicotomias: nem bem seres sumariamente vitimizados, nem bem “marginais”, nem totalmente conscientes de seus direitos e cidadania, nem profundamente descrentes deles, os jovens aqui retratados oscilam entre diferentes posições sociais e diferentes percepções de si mesmos e de suas posições no mundo. Ao mesmo tempo, pelo fato de as experiências aqui narradas serem experiências profundamente urbanas – tal é a vida urbana no Rio de Janeiro do século XXI – tais ambiguidades refletem a ambiguidade mais ampla de se viver nessa cidade nesse tempo. Navegando entre o discurso dos direitos e da cidadania e o aumento e naturalização da violência urbana, a vida nessa cidade é feita, hoje, de paradoxos, ambiguidades e contextos múltiplos que determinam práticas e atitudes. Os jovens que navegam entre direitos, delinquência e vitimização, num certo sentido, estão reproduzindo essa mesma natureza multifacetada da vida urbana contemporânea. Nesse contexto, as interpretações causais unidirecionais perdem espaço para a alternância entre cidadania e violência, como discutiremos abaixo.

Assim, o exemplo inicial da violência policial contra os “pivetes”, e o argumento utilizado como justificativa por parte dos agressores, sugerem que, daquele ponto de vista, tal violência se “justifica” porque a delinquência juvenil não é adequadamente resolvida pela via legal, por conta da “impossibilidade” de se prender menores de idade. Em outras palavras, tem-se aqui a agressão policial naturalizada e justificada precisamente por causa dos direitos das crianças e jovens. Perguntar-se-iam os jovens, então, como o fazem nos demais exemplos, “de que adianta” ser detentor de tais direitos especiais, se é exatamente por causa deles que se sofre ainda maior vitimização?

Por outro lado, os outros exemplos demonstram que os jovens não são apenas testemunhas passivas de sua própria constituição enquanto cidadãos, e que eles estão

longe de naturalizar sua própria subordinação e marginalidade. Muito pelo contrário, eles participam ativamente da constituição de sua subjetividade legal, negociando suas múltiplas identidades – como “cidadãos”, como “vítimas”, e como “marginais” (ou “bandidos”) – de maneiras inesperadas e criativas. Seja fingindo-se de “bandidos” para assustar “os ricos”, seja alternando-se entre vítimas marginalizadas e assaltantes dependendo dos recursos que estão tentando assegurar para si mesmos, seja numa mesma situação “brincando” como crianças e, depois, utilizando os mesmos instrumentos da “brincadeira” para atacar transeuntes. Ou ainda, assustando uma pessoa num momento e, pouco tempo depois, engajando-se com a mesma pessoa num diálogo sobre sofrimento, violência e falta de direitos. Em todos estes casos, o que se vê são jovens conscientes tanto de sua subordinação e marginalidade, quanto da existência do discurso dos direitos e seus limites, quanto, ainda, das possibilidades inerentes à delinquência. Não é que uns sejam delinquentes enquanto outros agem como cidadãos; é que todos estes (e um grande número de outros jovens que pesquisei) sabem que podem habitar esta ou aquela posição ou identidade de acordo com contexto e oportunidade. E quando escolher uma ou outra? “Depende”, como tão bem colocou um dos jovens.

O que gostaria de sugerir, aqui, é que esta ambiguidade e ambivalência quanto à vitimização, aos direitos e à delinquência demonstra, mais uma vez, que muitas vezes são os jovens marginalizados que melhor compreendem as ramificações mais profundas da atual situação de aumento da criminalidade juntamente com a consolidação do discurso dos direitos. Tanto a antropologia quanto a sociologia têm tendido a enxergar a violência e o crime, por um lado, e a cidadania e os direitos, por outro, como pólos opostos da existência social. Ora se argumenta que a rotinização da pobreza e violência cotidianas necessariamente contribui para a crescente exclusão dos mais pobres (Scheper Hughes, 1992, Goldstein, 2003), ora que o aumento da criminalidade necessariamente impede a participação democrática na esfera pública (Caldeira, 2000, Holston, 1999, 2006). O que estes exemplos procuraram demonstrar é que tal questão é mais complicada do que uma visão polarizada permite enxergar, pois do ponto de vista dos jovens inseridos nesse duplo contexto, as lógicas da “delinquência” e da cidadania não operam necessariamente em pólos opostos.

Neste sentido, os dados acima sugerem um tipo de análise introduzido pelo antropólogo Philippe Bourgois (1995), que mostrou como certos grupos marginalizados podem acabar se envolvendo com o crime precisamente através de sua busca por inclusão

social e “respeito”. Numa linha similar, mas indo um pouco além ainda, para os jovens que descrevo aqui, os significados culturais atribuídos a “cidadania”, “direitos” e “crime” não se situam em pólos radicalmente opostos. Em suas percepções e representações do mundo social, estes três conceitos se constroem não como opostos, mas como interligados (e, às vezes, até complementares). São, por assim dizer, formas de se orientar no mundo que são compreendidas a partir de lógicas internas muito semelhantes, dado que canalizam os mesmos tipos de aspirações, desejos e modos de acesso.

No espaço político brasileiro, crianças e jovens marginalizados se constituem (e são constituídos) como cidadãos, vítimas (da violência) e/ou “bandidos” (ou “marginais”, para utilizar a categoria nativa) em diferentes esferas, como a mídia, o aspecto jurídico, ou mesmo as políticas públicas ou demandas da sociedade civil. Porém, do ponto de vista de muitos jovens, pode-se alternar entre tais conceitos dependendo do contexto e do que se pretende obter em cada momento: se o acesso a recursos de outro modo distantes, se a pena ou compreensão da sociedade ou, ainda, se alguma forma de inclusão via o reconhecimento de si próprios como sujeitos de direitos. Como os dados etnográficos aqui apresentados mostraram, isto se dá porque, para eles, todos esses conceitos podem, potencialmente, significar as mesmas coisas: (1) acesso aos bens e serviços que demandam e dos quais se encontram excluídos de fato, (2) reconhecimento social e validação moral enquanto sujeitos sociais (na linha do que Luiz Eduardo Soares chamou de “visibilidade” (1996)), e (3) acesso a formas de poder (ou o que alguns autores preferem chamar de “empoderamento” (*empowerment*)), tanto no sentido simbólico quanto no sentido mais imediato de força e coerção. O que muda, nos exemplos acima, são os modos pelos quais jovens situados diferentemente no espectro da marginalidade se apropriam ora do discurso dos direitos e da cidadania, ora da delinquência, ora da posição de vítima, para ressignificar tais aspirações e modos de acesso.

Obviamente, como os próprios exemplos demonstram, os jovens compreendem as diferenças intrínsecas entre um e outro registro: a cidadania lhes confere status jurídico-legal, enquanto que o crime os coloca fora da lei. Mas, no final das contas, tal distinção não parece carregar muito peso para eles: perfeitamente conscientes de sua continuada subordinação simbólica e social, não só eles se tornam extremamente cínicos quanto às possibilidades da cidadania para superar essa subordinação, como também aprendem a se tornar negociadores aptos negociadores das possibilidades não tão legais oferecidas pela delinquência.

Assim, jovens em situação de rua muitas vezes resistem àqueles que buscam “ajudá-los”, removendo-os da rua em prol da proteção de seus direitos, argumentando que tais direitos não lhes servem, pois necessitam da rua pelo dinheiro que ali conseguem obter. No entanto, isto não impede que os mesmos jovens sejam retirados da rua mesmo assim, tempos depois, mas agora pelas mãos da polícia, sob o argumento de que constituem uma ameaça à ordem pública. Por lógicas similares, jovens envolvidos em atos de delinquência também tendem a subverter sua própria identidade enquanto sujeitos de direitos, sob o argumento de que recorrem à delinquência porque têm “direito” aos mesmos bens de consumo de que outros jovens podem usufruir, mas por conta deste “direito” presumido eles cometem atos ilegais. Por sua vez, não é outra lógica a que explica os casos de jovens em situação de rua que se divertem “assustando” outras pessoas fingindo que as estão assaltando porque, como colocou o informante acima citado, eles gostam de “ver os ricos fugindo deles” – no entanto, é exatamente este “jogo” perverso que reproduz, simbolicamente se não na prática, exatamente os mesmos estereótipos que produzem e reproduzem os mecanismos de sua exclusão. Quando questionados sobre tais práticas, porém, os jovens muitas vezes se viam sem palavras. Ou então, argumentavam que “não adianta nada” pensar e agir de outra forma, porque “nada vai mudar mesmo, a gente vai ser sempre pobre e da rua”.

Por outro lado, os atos de “real” delinquência cometidos por tais jovens, e descritos aqui de forma muito resumida, demandam outra interpretação. Pois, nesses casos, trata-se de jovens ativamente engajados em tentar “mudar alguma coisa”, só que o fazem por meio da violência e “delinquência”. Na interpretação de Luiz Eduardo Soares (1996), tais atos devem ser compreendidos como uma tentativa, por parte de jovens extremamente excluídos e marginalizados, de forçar sua visibilidade sobre uma sociedade desesperadamente indiferente a suas necessidades e à sua própria existência. Tais atos de violência, coloca Soares (ibid.), são também estratégias para fazer demandas sobre o espaço público e, através dele, também sobre o imaginário urbano. Dado que tais jovens são politicamente “invisíveis” às elites e classes médias mesmo que estejam fisicamente ocupando espaço no interior da cidade, é somente através da violência, diz Soares (ibid.) que eles conseguem demarcar alguma forma concreta de visibilidade para si mesmos. No entanto, embora tal estratégia com certeza lhes dê maior visibilidade, os exemplos aqui discutidos também mostram que seus resultados são, no mínimo,

contraditórios, pois ao mesmo tempo também servem para reproduzir e alimentar os estereótipos contra eles mesmos.

Em suma, o que estivemos discutindo até agora foram as formas ambíguas e contraditórias da vida juvenil marginal dentro do espaço urbano do Rio de Janeiro, marcado exatamente pela confluência entre “mais cidadania” e “mais crime”, confluência esta que está exatamente na raiz de tais práticas e percepções ambivalentes por parte dos jovens. Passemos, agora, a outro nível de interpretação desse problema. Em última análise, os exemplos trazidos aqui demonstram que são os jovens em situação de risco social quem demonstra uma compreensão mais nuanceada e sofisticada tanto dos limites e possibilidades da cidadania liberal-burguesa, quanto quão irremediavelmente determinados estão seu presente e futuro por este amálgama de violência, delinquência, desigualdade, exclusão e discriminação.

A “ESCOLA DE CHICAGO”: ETNOGRAFIAS DA CIDADE E DA MARGINALIDADE

A análise apresentada até o momento, portanto, situa os problemas aqui discutidos no contexto do Rio de Janeiro, onde marginalidade, crime, uma cultura da cidadania e os direitos dos jovens se combinam de formas muito específicas. Além disso, colocou-se os pontos de vista dos jovens em questão, considerando a alternância de registros – entre as posições de vítima, “marginal” ou “sujeito de direitos” – como resultado de escolhas individuais às quais os jovens recorrem de acordo com o contexto e a situação. Complementando este ponto de vista, porém, gostaria de sugerir outro nível de interpretação, inspirado pela famosa “Escola de Chicago” americana que, embora tenha tido seu apogeu nas primeiras décadas do século passado, deixou um legado importante na sociologia e antropologia urbanas que continua rendendo frutos até hoje (Frugoli, 2005, Grazian, 2005, Klinenberg, 2003, Valladares, 2005, Venkatesh, 2000).

À primeira vista, escolher uma escola sociológica que teve seu auge entre as duas guerras mundiais para explicar um problema tão atual quanto a criminalidade juvenil em suas interações com a questão dos direitos e da cidadania pode parecer um tanto fora de propósito. Porém, gostaria de sugerir que, mesmo quase cem anos depois, esta escola

ainda tem muito a dizer sobre os processos que levam à delinquência por parte dos jovens e sobre a marginalização de jovens urbanos.

Os métodos, achado e legado da “Escola” são por demais extensos para serem detalhados aqui, e já foram explicitados em outros trabalhos (Coulon, 1995, Valladares, 2005). Para os propósitos deste artigo, uma breve introdução será suficiente, seguida de uma discussão mais ampla sobre como alguns dos temas deste artigo já haviam sido elaborados, de maneiras criativas, pelos pesquisadores de Chicago tempos atrás.

Aquela que ficou conhecida como a “Escola de Chicago” foi ao mesmo tempo o primeiro departamento de Sociologia e a primeira escola sociológica de peso nos Estados Unidos. Criada juntamente com a universidade onde estava sediada, Universidade de Chicago, que se pretendia um bastião da educação liberal e da pesquisa intelectual de ponta naquele país, e funcionando em conjunto com o departamento de Antropologia da mesma universidade até 1929 – o que ajuda a explicar seu forte interesse pela etnografia – essa escola se caracterizava por uma criatividade extrema no lidar com os métodos qualitativo-etnográficos e por um fascínio pela cidade de Chicago, que estava se transformando a olhos vistos sob o peso da imigração, crescimento populacional e industrialização.¹¹ Tais transformações, por sua vez, traziam consigo uma listagem impressionante de novos problemas sociais a demandar a atenção dos sociólogos: pobreza, marginalidade, habitação e pessoas desalojadas e migração, mas também crime, delinquência, desorganização, desvio, e a própria ideia do “gueto” (Wirth, 1956).

Conforme Alain Coulon (1995), podemos classificar as principais contribuições dessa Escola ao longo de três eixos principais: em primeiro lugar, podemos considerar os trabalhos de orientação interacionista inspirados pelos primeiros pesquisadores de Chicago, e aprofundados pela chamada “Segunda Escola de Chicago”, por exemplo, por Goffman (1982) e Blumer (1986). Nesses casos, coloca Coulon (ibid.), a ênfase recai sobre o estudo micro-sociológico das interações nas quais os indivíduos se engajam em suas vidas cotidianas. Cabe dizer, porém, que esta linha de pesquisa não parece tão presente nos trabalhos mais recentes produzidos pelo Departamento de Sociologia da Escola de Chicago, o qual vem tentando, exatamente, expandir o escopo de seus estudos para níveis cada vez mais macro-sociológicos, mesmo enquanto mantêm o interesse por temas caros à “Primeira Escola de Chicago”.

¹¹ Tanto Coulon (1995) quanto Becker (1996) chamaram atenção para o fato de que A Escola de Chicago nunca foi, na verdade, tão homogênea quanto as interpretações posteriores tenderam a construí-la.

É exatamente deste ponto de vista que se pode compreender os outros dois eixos de influência colocados por Coulon (1995). Primeiro, quanto aos temas favorecidos para a análise. Neste caso, coloca Coulon (ibid.), os temas mais investigados pelos primeiros pesquisadores da Escola – como Thomas, Park, Wirth ou Thrasher, continuam figurando – não por coincidência – entre os assuntos mais investigados pela sociologia americana contemporânea: delinqüência e criminalidade, desemprego, marginalidade, pobreza, minorias e as questões de raça e etnicidade. Muitas vezes, até, a sociologia americana combina todos estes temas num só estudo, como no magistral “American Project”, de Sudhir Venkatesh (Venkatesh, 2000), que estudou em Chicago durante a década de 90 e se inspirou fortemente, tanto na teoria quanto no método, na “primeira” Escola de Chicago: indo além dos primeiros mestres, Venkatesh mudou-se para um gueto próximo à Universidade e lá residiu durante muitos anos enquanto completava sua pesquisa.¹² Em sua tese (e posterior livro) a influência da Escola de Chicago é nítida, pois se trata de uma etnografia da marginalidade econômica e racial num gueto da cidade a partir das experiências de jovens envolvidos em gangues. Diferentemente dos primeiros pesquisadores, porém, agora o problema dos jovens, da marginalidade e da própria violência no âmbito urbano tinham se exacerbado de maneiras nunca imaginadas por Park e seus colegas: estavam, agora, dominados pelas armas de fogo e conexões com os grandes cartéis nacionais e internacionais de drogas.

O outro eixo identificado por Coulon (1995), diretamente relacionado ao eixo anterior, é exatamente o metodológico, também exemplificado pelo trabalho de Venkatesh (2000). Por um lado, tal metodologia se materializa no tipo de trabalho de campo empreendido por Whyte (2005), por exemplo, o qual se mudou para o bairro italiano que queria estudar em Boston, aperfeiçoando ali a “técnica” etnográfica do *hanging out* na comunidade pesquisada em busca de dados obtidos de situações corriqueiras e contato direto com seus informantes. Só assim, diria ele mesmo depois, foi possível, não só perceber todas as minúcias do comportamento dos jovens “formados” em relação aos jovens membros das gangues, mas também descobrir que, por baixo da imagem do bairro como desorganizado e desestruturado, havia uma estrutura interna elaborada, baseada em trocas de favores e posições relativas na hierarquia local.

¹² Compartilhamos a mesma orientadora (no caso, dele, co-orientadora), e em mais de uma ocasião ouvi relatos das situações de perigo por ele enfrentadas, ou de informantes seus que haviam levado tiros e os quais ele mesmo precisara transportar ao hospital.

Por outro, também transparece no uso de metodologias ainda mais “alternativas” já postas em prática na primeira Escola, como o uso de cartas e documentos pessoais (Thomas e Znaniecki, 1984), ou as histórias de vida de jovens envolvidos com criminalidade para estudar o ponto de vista dos delinqüentes (Shawn, 1930). Tais metodologias foram fartamente utilizadas por Venkatesh (2000) em seu estudo sobre as gangues contemporâneas e o tráfico de drogas, Grazian (2005) na sua pesquisa sobre o *blues* (outra manifestação característica de Chicago), e Klinenberg (2003), em seu estudo sobre a onda de calor de 1995 que matou grande parcela da população negra, pobre e marginalizada dos guetos da cidade – todos expoentes da “novíssima” Escola de Chicago, tendo estudado no departamento na década de 1990.

Finalmente, cabe lembrar que todos estes “eixos de influência” identificados por Coulon (ibid.) têm ainda um ponto crucial em comum: a própria cidade é o foco dessas pesquisas, tanto entre os “pioneiros” nos idos das décadas de 10, 20 e 30, quanto entre seus expoentes mais contemporâneos (como Venkatesh): levando a sério a proposta teórico-metodológica de Park, Burgess e McKenzie (1967) em sua coletânea sobre “a cidade”, “A” cidade em geral, e “a” cidade de Chicago em particular, constituem-se no objeto de estudo por excelência da sociologia.

Quanto à cidade de Chicago propriamente dita, Park e seus colegas insistiam na importância de se estudá-la a fundo por alguns motivos. Primeiro, como já dito acima, por sua própria posição como a primeira metrópole americana no meio-oeste do país (e lembrando que Los Angeles ainda não existia como metrópole) e por sua taxa incomparável de crescimento: a cidade passou de 4.470 habitantes em 1840 para 1.100.000 habitantes em 1890 (só 50 anos depois, portanto), e 3.500.000 habitantes em 1930. Segundo, porque este crescimento tinha uma natureza peculiar: marcava-se, principalmente, pela migração, seja de enormes contingentes de pessoas vindos do exterior, seja das populações negras que migravam do Sul pós-Guerra da Secessão. Terceiro, pela natureza do espaço urbano que se estava a constituir ali: um centro financeiro literalmente no centro da cidade (o *Loop*), depois uma série de círculos concêntricos – que permanecem até hoje – marcados tanto por um grau crescente de riqueza (os espaços perto do centro continuam sendo aqueles menos favorecidos, e quanto mais para “fora” se segue, mais favorecida economicamente é a população),

quanto pela segregação das populações migrantes em espaços semi-isolados dentro dessa estrutura concêntrica.¹³

Já quanto à importância das cidades em geral para o estudo sociológico, os pesquisadores de Chicago consideravam toda e qualquer organização urbana como um “laboratório” por excelência para o estudo das relações humanas e sociais: afinal, é nessas aglomerações que os seres humanos são “forçados” a interagir, e é do contato e da interação, segundo a Escola, que surgem os conflitos, desvios, desorganizações e reorganizações a serem enfocados pelos sociólogos, pois constituem a matéria prima mesma de seu *métier*. Nas palavras de Park (1916, in Velho, 1988:67):

Devido à oportunidade que oferece, especialmente aos tipos de homens excepcionais e anormais, a cidade grande tende a dissecar e desvendar à vista pública e de maneira maciça todos os traços e caracteres humanos normalmente obscurecidos e reprimidos nas comunidades menores. Em suma, a cidade mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana. Talvez seja este fato, mais do que qualquer outro, que justifica a perspectiva que faz da cidade um laboratório ou clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados conveniente e proveitosamente.

O interesse maior estava nas populações subordinadas, ou seja, aquelas que vivenciavam tais problemas de forma mais marcada, e em suas tentativas de construir novos laços de solidariedade e reconstruir as instituições em frangalhos. Assim, estudava-se a desorganização nos bairros mais pobres habitados por imigrantes ainda não integrados à sociedade mais ampla (Thomas e Znaniecki, 1984), os guetos e sua situação inerente de marginalidade e isolamento (Wirth, 1956), os jovens vivendo em “zonas intersticiais” que, vivendo sob a desorganização da família e outras organizações tradicionais, eram forçados a procurar novas formas de identificação marginais (Thrasher, 1963), e assim por diante.

A partir do estudo etnográfico de tais problemas, construía-se uma série de interpretações um tanto deterministas e positivistas: em linhas muito gerais, assumia-se

¹³ Chicago, ainda hoje, é uma cidade espacialmente marcada: as populações de origem imigrante (negros, poloneses, mexicanos, irlandeses, italianos, indianos etc.) alinham-se de acordo com o mesmo esquema de “círculos concêntricos” de acordo com etnicidade e renda.

que o conflito surge da mudança social, que a desorganização do social é consequência de falhas – provocadas pela mudança social extremada – nas instituições e relações sociais, e ainda, que transformações radicais sempre, por definição, causam desestruturação e desorganização.

Por outro lado, porém, reconhecia-se a importância do inesperado, do não-planejado, não facilmente explicado racionalmente, como no caso do gueto estudado por Wirth (1956:280-281, tradução própria), e da mistura de pessoas ali confinadas, todas com suas especificidades, o que tornava impossível “prever”, sociologicamente, se tais diferenças culturais seriam assimiladas ou não:

Os judeus como indivíduos não encontram sempre bloqueados os caminhos para a assimilação. Eles fazem amigos tanto quanto inimigos. Não é óbvio, porém, que os contatos entre grupos culturais inevitavelmente produzem harmonia ou fricção, e que um não pode ser promovido, e o outro não pode ser prevenido, por quaisquer instrumentos administrativos pré-definidos. A interação é vida, e a vida é um crescimento que desafia as tentativas de direção e controle por métodos, não importa quão racionais, que não levem em consideração tal processo dinâmico.

Mesmo levando tais especificidades individuais em conta, porém, é importante lembrar que estes pesquisadores estavam tentando construir uma nova abordagem de estudo do urbano que, ao compreender as causas, processos e efeitos das diversas formas de desorganização social presentes numa cidade em transformação, se opunham tanto às vertentes mais conservadoras que consideravam tais problemas sociais como, sempre, “culpa do indivíduo” que fazia escolhas ruins, quanto às mais progressivas, que acreditavam na possibilidade e desejabilidade de o governo “resolver” todos os problemas sociais. Para os pesquisadores de Chicago, desde a obra fundadora de Thomas e Znaniecki (1913), eram os grupos, não os indivíduos, a chave para a mudança social, porém através de um processo de interação entre indivíduo e grupo. Como colocado por Zaretsky na introdução a *The Polish Peasant in Europe and America* (1984 THOMAS:xiii), o que os dois autores tentavam mostrar era que os indivíduos (no caso, os imigrantes poloneses) se mantinham juntos através de laços sociais, e que quando

estes se modificavam – por conta da desorganização inerente aos processos de mudança – o grupo reorganizaria suas atitudes, tornando-se necessário (re)aprender a se relacionar com outros indivíduos de outra forma:

A preocupação principal de Thomas e Znaniecki era analisar o processo pelo qual camponeses se transformavam em trabalhadores economicamente racionais, e cidadãos, tanto na Polônia quanto, depois de emigrar, nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, eles enfatizavam que os indivíduos se transformavam ao se adaptarem aos grupos sociais aos quais estavam ligados, grupos que, eles mesmos, estavam se transformando.

Essa combinação entre a ênfase no indivíduo e no grupo, principalmente em contraste com as outras interpretações então vigentes – que só privilegiavam um ou outro lado da equação – bem como o interesse e a criatividade no estudo das cidades, e a ênfase em processos e problemas ainda hoje relevantes a qualquer espaço urbano, produziu alguns de seus insights mais interessantes quando o enfoque recaiu sobre como esses processos e problemas afetavam a população jovem, como veremos a seguir.

A ESCOLA DE CHICAGO E A MARGINALIDADE JUVENIL NO RIO DE JANEIRO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Como já dissemos, os jovens e, em especial, a delinquência juvenil, ocupavam os pesquisadores da Escola de Chicago, fosse como temas secundários de suas pesquisas mais amplas (cf. Thomas e Znaniecki, 1984). Mas o que, afinal, podemos apreender dessas obras sobre as interpretações produzidas pela Escola de Chicago sobre a relação entre jovens, marginalidade e delinquência que, afinal, é o tema central deste artigo?

Por um lado, como vimos acima, algumas das interpretações produzidas na Escola, mesmo tendo um certo teor determinista – por exemplo, quando sugeriam que a desorganização existe quando atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições do grupo primário, fazendo com que as regras pareçam perder a eficácia

(Coulon, 35) – também apontavam para uma interpretação sociológica do desvio e da delinquência: para esses pesquisadores, não se tratava ali de escolhas individuais puramente, mas de complexos contextos sociais que produziam o sujeito delinquente. Desse ponto de vista, a delinquência juvenil e outras formas de desvio eram produzidos, não diretamente pela vontade ou “escolha” do indivíduo, mas pela situação de desorganização social que permeava aquele determinado grupo. Desse ponto de vista, a desorganização social provocada ou, ao menos, exacerbada por processos de mudança social produzia diferentes “tipos” de delinquência e desvios diversos. Esses, por sua vez, eram mais marcantes entre os jovens, os quais tendiam a se agregar em gangues cujos comportamentos, em geral, tinham diretamente a ver com as formas de desestruturação presentes naquela comunidade.

Num sentido bem resumido, para esses pesquisadores, o comportamento delinquente verificado em tantos jovens e tantos grupos de jovens vivendo em situação de marginalidade poderia ser explicado por quebras e rupturas profundas na própria “cola” social que, idealmente, permitiria aos indivíduos sentirem-se como partes de um todo e agirem de acordo. No caso dos jovens delinquentes, era esta “cola” que era vista como “falha”, ocasionando dificuldades de relacionamento e ligação com outros sujeitos e com a própria estrutura social. Assim, formas de organização que promovessem o relacionamento intra-grupos, o comprometimento com os objetivos convencionais em curso naquele grupo, a aceitação dos padrões e crenças morais vigentes no grupo, e o envolvimento em atividades convencionais (como participação em organizações da comunidade, inserção no mundo do trabalho etc.) fortaleciam os laços entre o indivíduo jovem e o grupo (a comunidade), e quanto mais fortes os laços sociais entre um jovem e a sociedade, menores as chances de ele se envolver em delinquência. Pelo mesmo motivo, quanto mais fracos tais laços – por conta exatamente dos processos de desorganização provocados pelas rápidas mudanças no tecido urbano, pelas ondas de imigração, ou outros motivos relacionados – tendiam a aumentar a probabilidade de os jovens inseridos em tal contexto de “desorganização” viessem a praticar atos considerados como delinquentes.

Tais situações apareciam bem claras a esses pesquisadores, por exemplo, no estudo da imigração. Em Thomas e Znaniecki (1984), a imigração polonesa teria reforçado os processos de desorganização familiar, os quais por sua vez acarretariam a pauperização e a delinquência (cf. Coulon, 1995:36). Já para Park (1967), o contato inter-

culturas tendia a produzir culturas intermediárias onde os sujeitos se sentiriam pouco à vontade, criando-se assim a figura do “homem marginal” (Park, 1967), o qual sofreria os efeitos de tal hibridismo de maneira particularmente ambígua, fato que poderia acabar levando-o à posição de desviante social.

Uma mesma linha de pensamento aparece no estudo de Wirth sobre o jovem habitante do gueto judeu, jovem este que, ciente das dificuldades de integração cultural em seu próprio meio, tenderia a procurar integrar-se com outros jovens, de outros grupos culturais, todos igualmente vivendo em situações de ambiguidade cultural (Wirth, 1956:229-230, tradução própria):

Um dos sinais mais significativos da relação entre os judeus e seus vizinhos no gueto se encontra nos contatos entre os membros da geração mais jovem. Eles se misturam não só na escola, mas são também membros das mesmas gangues. Os rompantes recentes de guerras entre gangues em Chicago mostram que em muitas situações os judeus, os irlandeses, e os italianos estão envolvidos em negócios ilícitos com bebidas e combinam suas forças.

Ampliando o tema da situação ambígua e da hibridez cultural, a importância de tais zonas fronteiriças também aparecia naquela que foi a primeira obra sociológica a lidar exclusivamente com a questão das gangues, manifestação suprema da delinquência juvenil, tanto naquela época quanto hoje (Thrasher, 1963). Para este autor, as gangues floresciam “na fronteira” (Coulon, 1995:62). Tomando Chicago como modelo do urbano – onde há (e já havia, então) realmente uma zona fronteiriça, entre o centro financeiro e os demais bairros de classe média e alta, marcada pela pobreza, marginalidade e violência – Thrasher (1963:20) postulou que toda e qualquer zona “intersticial” seria ambígua e híbrida tanto no sentido geográfico quanto social, o que por sua vez seria o território “óbvio” para o surgimento de gangues:

Existem fissuras e fraturas na estrutura da organização social. As gangues podem ser consideradas como elementos intersticiais no tecido social, e seu território como uma zona intersticial na extensão da cidade (...) As gangues se desenvolvem como uma manifestação da fronteira econômica, moral e cultural que marca o interstício.

Para ele, portanto, as gangues floresceriam exatamente nesses espaços precisamente porque, por serem “cinturões de pobreza” (como no caso de Chicago), estariam marcados pela deteriorização urbana (como ainda hoje se vê no mesmo espaço descrito por Thrasher e retomado por Venkatesh (2000)), fazendo com que a população se sentisse perdida e desorganizada, tanto em termos do espaço propriamente dito quanto das relações sociais. Para os jovens vivendo em tal contexto, a gangue seria uma resposta, um “substituto àquilo que a sociedade não consegue dar”, suprindo-lhes uma série de carências e fornecendo escapatórias a uma vida tida como desagradável.

Indo além de tal teorização, porém, lembremos que o estudo de Thrasher foi eminentemente empírico, e grande parte da obra se volta a entender os cotidianos mesmo das gangues. Em sua visão, jovens marginalizados social, econômica e culturalmente (dado que eram geralmente imigrantes ou negros), descontentes com o que o tecido social vigente lhes oferecia e descrentes de qualquer possibilidade de superação, voltavam-se para as gangues como “tábuas de salvação”. Aos poucos, diz Thrasher (ibid.), a gangue – e a delinquência associada ao pertencimento a tal grupo – tornavam-se o centro da vida cotidiana, preenchendo-lhes todo o tempo que estariam dedicando a outras atividades e grupos e, gradualmente, assumindo o papel principal nessas vidas jovens.

Assim, para Thrasher, estudar as gangues é estudar como, por que, e em que medida as gangues passam a definir a vida do jovem marginalizado, quase sempre imigrante, encontrando dificuldades de integração numa cultura que não é a sua e numa sociedade que o renega, em especial, por conta de sua pobreza. Os membros de gangues e, portanto, os delinquentes juvenis – já que em geral ambos os processos eram contíguos – são seres que vivem entre fronteiras, estrangeiros num e noutro lado. E, podemos complementar, sendo jovens e vivenciando, portanto, exatamente o processo de integração a um mundo adulto, tal integração pareceria cada vez mais distante dada sua condição de seres fronteiriços, híbridos, e à margem de um e outro lado.

Em geral, portanto, o estudo da delinquência juvenil para a Escola de Chicago vinha atrelado aos estudos sobre imigração, assimilação cultural e segregação, mesmo no caso de quem, como Thrasher, focalizou exclusivamente as estruturas das gangues e seus cotidianos. Outras obras, porém, enfocaram o processo de delinquência em si mesmo. Também aqui, a explicação teórica voltava-se, sempre, para a questão da desorganização social e da falta de oportunidades de integração para os jovens. No caso de Shawn, por

exemplo, que pesquisou as motivações e história de vida de um único adolescente delinquente, mesmo que sua intenção fosse “fazer perguntas sobre a delinquência do ponto de vista do próprio delinquente” (Shawn, apud Coulon, 1995:68), ou seja, o processo empírico pelo qual se procuraria entrar no mundo social do delinquente, a interpretação construída por ele para a vida deste delinquente era marcadamente semelhante às oferecidas por Thrasher (1963): um tecido social e físico (urbano) desorganizado, repleto de rupturas e fronteiras, habitado por famílias desestruturadas, instituições fracas, estruturas comunitárias ineficientes, e uma economia degradada, tenderia “naturalmente” a produzir indivíduos delinquentes, os quais veriam na criminalidade uma forma de acesso a formas de prestígio e vantagens econômicas indisponíveis a estes sujeitos por outros meios. A delinquência, assim, transformava-se num “modo de vida” característico da condição juvenil em tais espaços desorganizados e desestruturados. E, mais ainda, para os jovens assim inseridos no social via criminalidade, esta passava a ser glorificada, pelo grupo, como “a” forma de vida por excelência, desejada por todos os jovens vivendo em condições semelhantes.

Mas o que, afinal, aproxima os dois momentos e os dois tipos de marginalidade juvenil? Gostaria de sugerir que são principalmente três pontos: em primeiro lugar, a questão da centralidade da marginalidade juvenil (e, por extensão, da delinquência juvenil) para a compreensão de complexos processos urbanos muito mais amplos, que envolvem o próprio rumo da sociedade em questão. Naquele momento, tratava-se da urbanização em seus primórdios, à qual se desenrolava juntamente com a imigração e, portanto, o contato entre culturas. No momento atual, trata-se de um processo tão violento e tão transformador quanto – a situação perene de crise e violência vivida pelas grandes metrópoles brasileiras, a realidade da exclusão social e, portanto, a necessidade da convivência entre os desiguais (não tanto em termos culturais, como em Chicago, mas em termos econômicos e sociais) – convívio este nunca fácil, como dito pelo jovem ao se queixar dos “ricos” que ficam “desfilando” seus bens de consumo à sua frente, despertando o desejo e a revolta e levando-o, como última saída, a roubar.

Em segundo lugar, o fato – tão presente na “primeira” Escola de Chicago quanto, acredito, nos exemplos aqui citados de minha própria pesquisa – de que estes mesmos jovens, centrais que são aos próprios processos constitutivos de uma sociedade em transformação, inserem-se nessa sociedade de maneiras criativas, “rebeldes” e, acima de tudo, inesperadas. Alteram-se, lá como aqui, o papel do indivíduo em suas escolhas e

alternativas, o papel do grupo que determina suas atitudes (seja nas gangues de Thrasher como nos “meninos de rua” aqui estudados) e, também, a influência da sociedade mais ampla a co-determinar tais escolhas. Um “menino de rua” que diz roubar “às vezes”, dependendo do contexto, está tão inserido nessa complexa mistura de determinação individual, do grupo, e da sociedade, quanto os jovens membros de gangues estudados por Thrasher ou os jovens judeus que, na pesquisa de Wirth, “escolhiam” juntar-se aos italianos em sua busca por negócios ilícitos: nenhum deles está realmente “escolhendo” tomar tais rumos, mas também não está puramente seguindo aquilo que uma estrutura social totalizante determina. Está, simplesmente, vivendo sua vida, e sua marginalidade, neste hífen entre indivíduo-grupo-sociedade.

Em terceiro lugar, exatamente por causa dessa hifenização da vida juvenil urbana em situação de marginalidade, a pesquisa aqui apresentada também se inspirou, a passos largos, nos primeiros pesquisadores de Chicago: somente uma metodologia qualitativa, e mais, uma metodologia criativa, poderia dar conta das inúmeras ambiguidades presentes num e noutro contexto, e poderia enxergar as minúcias dos comportamentos desses jovens, lá e cá, quando “escolhem” este ou aquele caminho e quando tentam, à sua maneira, lidar com a realidade do viver entre dois mundos, na marginalidade que, como dizia Park, significava exatamente isto: viver à margem, entre duas realidades, apreendendo uma e outra. Naquela época, eram mundos culturais diferentes que estavam sendo aproximados “à força” pela imigração e guetoização da cidade. Hoje, são mundos sócio-econômicos diferentes com os quais esses jovens, criaturas ambíguas exatamente porque circulam entre esses diferentes mundos, precisam lidar a todo instante, todos os dias, quando encontram a realidade “dos ricos”, com a qual tentam negociar, ora pela linguagem dos direitos, ora pela da delinquência. Em ambos os casos, só um tipo de pesquisa que combine diferentes técnicas qualitativas e, inclusive, chegue ao ponto de misturar pesquisa e vida cotidiana, como em alguns exemplos aqui citados, consegue enxergar além do óbvio e perceber as ambiguidades intrínsecas ao viver juvenil marginal.

CONCLUSÃO?

Este artigo foi só uma primeira tentativa de aproximação entre duas formas de reflexão aparentemente dissimilares: meus estudos sobre crime, cidadania e vitimização entre jovens urbanos marginalizados no Rio de Janeiro do início do século XXI, por um lado, e jovens urbanos do início do século XX, também marginalizados, também envolvidos em delinquências de diferentes tipos, e também vitimizados de diferentes maneiras. Para estes, a marginalidade era uma forma de vida, uma tentativa de superação daquele que, segundo os pesquisadores da primeira Escola de Chicago, era o principal problema a afligir aquela cidade em particular: a desorganização e desestruturação causada pelas ondas de imigração, pelo crescimento exacerbado, e pela mistura entre pessoas de diferentes trajetórias culturais a construir um mesmo (novo) espaço. Para aqueles, a marginalidade, embora também constitutiva da vida cotidiana, não é um dado em si mesmo; é algo que tentam superar a todo momento, às vezes de maneiras mais contundentes – roubando, assaltando – às vezes de forma irônica e mais sutil, e às vezes, simplesmente, reconhecendo o fato de sua própria marginalidade e lamentando-o profundamente. Neste caso, a Escola de Chicago, embora referindo-se a outro momento histórico, cultural, econômico, e até “sociológico” (dado que a sociologia estava, então, ainda a constituir-se como disciplina), serve como mais do que “inspiração”: aos que se interessam pelas questões da marginalidade juvenil, em qualquer contexto urbano, ela é “boa para pensar” – aponta caminhos, mais que soluções, e ilumina as vidas cotidianas dos sujeitos pesquisados de formas nem sempre presentes na pesquisa urbana. Onde mais se consideraria que pegar um ônibus se constituiria numa “técnica de pesquisa”?

BIBIOGRAFIA:

BECKER, Howard. “A Escola de Chicago”. *Mana* 2(2):177-188, 1996.

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. Berkeley, University of California Press, 1986.

BOURGOIS, Philippe. *In Search of Respect. Selling Crack in El Barrio*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Cidadania e Segregação em São Paulo*.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Volumes 1 e 2*. Petrópolis, Vozes, 2000.

FOOTE WHYTE, William. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual. Essays on Face to Face Behavior*. New York, Pantheon, 1982.

GOLDSTEIN, Donna. *Laughter Without a Place*. Chicago, University of Chicago Press, 2003.

GRAZIAN, David. *Blue Chicago. The Search for Authenticity in Urban Blues Clubs*. Chicago, University of Chicago Press, 2005.

HOLSTON, James. *Cities and Citizenship*. Durham, Duke University Press, 1999.

HOLSTON, James. *Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 2006.

KLINENBERG, Eric. *Heat Wave. A Social Autopsy of Disaster in Chicago*. Chicago, University of Chicago Press, 2003.

PARK, Robert E., Ernest Burgess e Roderick McKenzie. *The City*. Chicago, University of Chicago Press, 1967.

SHAWN, Clifford. *The Natural History of a Delinquent Career*. Chicago, University of Chicago Press, 1930.

SCHEPER HUGHES, Nancy. *Death Without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*. 1992

THOMAS, Willian I. e Florian Znaniecki. *The Polish peasant in Europe and America*. (Editado por Eli Zaretsky). Urbana, University of Illinois Press, 1984 (1918).

THRASHER, Frederic. *The Gang. A Study of 1313 Gangs in Chicago*. Chicago, University of Chicago Press, 1963.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *A Escola de Chicago. Impacto de uma Tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

VELHO, Otávio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

VELOSO, Letícia Helena Medeiros. “Universal Citizens, Unequal Childhoods: Children’s Perspectives on Rights and Citizenship in Brazil”. *Latin American Perspectives* 35(4):45-59, 2008.

VELOSO, Letícia Helena Medeiros. *Victims, Outlaws, Citizens: Children, Rights, and Violence in Rio de Janeiro*. (s.d.)

VENKATESH, Sudhir. *American Project*. Chicago, University of Chicago Press, 2000.

WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago, University of Chicago Press, 1956.

WIRTH, Louis. “Urbanismo como Modo de Vida”. In: Velho, Otávio (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.